

SEMÂNTICA DOS TEXTOS E SEMIÓTICA¹

FRANÇOIS RASTIER²

Conseil National de Recherche Scientifique Paris

RESUMO: A semiótica parece ainda uma disciplina sem fronteiras; portanto, nós a abordaremos criticamente para questioná-la sobre o texto. As respostas parciais que obteremos levar-nos-ão a propor outras questões no campo epistemológico. Para nós, a lingüística é a semiótica das línguas e dos textos. Uma vez que a semiótica e a lingüística conheceram destinos separados, é preciso examinar suas relações.

RÉSUMÉ: La sémiotique semble encore une discipline sans frontières; donc, nous l'aborderons critiquement pour l'interroger sur le texte. Les réponses partielles que nous obtiendrons conduisent à proposer d'autres questions dans le domaine épistémologique. Pour nous, la linguistique est la sémiotique des langues et des textes. Vu que la sémiotique et la linguistique ont connu des destinations séparées, il faut d'examiner leurs relations.

¹ Tradução de Arnaldo Cortina e Cláudia Manuel Rached Féral.

In Cortina, A. et Marchezan, R. C. (éds). Razões e sensibilidade: a semiótica em foco. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP, 2004, p. 11-32. (ISBN 85-87361-45-7).

NB: Esse texto, inédito em francês, é na origem publicado em italiano, com o título *Semantica dei testi e semiotica*, in Paolo Bertetti e Giovanni Manetti, Eds, *Forme della testualità, teorie, modelli, storia e prospettive*, Anuários do XVIII Congresso do Aiss, Turin, Testo & Immagine, 2001, pp. 25-43 (tradução de Laura Barcelona)

^{2 2} Pesquisador do CNRS – Centre National de Recherche S, Paris.

Email: frastier@gmail.com

1 A SEMIÓTICA É UMA CIÊNCIA DOS SIGNOS?

A semiótica contemporânea talvez tenha definido de modo restritivo demais seu objeto. Ela se apresenta, de fato, como uma ciência dos signos e muitas obras de semiótica são dedicadas à tipologia dos signos (cf. ECO, 1992). Na tradição anglo-saxônica, a definição peirceana da semiótica como “doutrina dos signos” (PEIRCE. 1956, I, p. 98) tem uma grande autoridade e Thomas Sebeok, que preside os destinos acadêmicos mundiais de semiótica há trinta anos, aponta que o conceito chave da semiótica ainda é o signo. Recentemente Pap estimava resumir a opinião de todos os semioticistas reafirmando que a semiótica é o estudo dos signos.

A questão estaria resolvida se o signo não fosse um artefato dos semioticistas: por um lado sua identificação é o resultado de uma interpretação e não seu ponto de partida; por outro lado, em geral, as práticas semióticas não colocam em prática signos isolados, mas formações completas cuja segmentação é sempre problemática, às vezes impossível. A definição da semiótica como ciência dos signos se inscreve então na tradição lógica e gramatical, de origem aristotélica, comum a essa disciplina. Universalista, estática, realista, ela se apóia sobre uma ontologia das substâncias, subordinando, portanto, o signo ao conceito. Parece realmente que a solidão do signo é o resgate da autarquia do conceito.

As correntes semióticas que provêm mais da lingüística que da lógica ou da gramática apontam que a semiótica toma como objeto os *sistemas* de signos. É o caso, na tradição européia, de Saussure e Hjelmslev, assim como, na escola de Tartu, de Ivanov, Lotman e Lekomcev em especial. Os *sistemas* de signos, entretanto, são concebidos geralmente como sintaxes. A teoria de Hjelmslev, por exemplo, aplica procedimentos de análise morfossintática ao conjunto dos sistemas de signos. Ora, até mesmo para as línguas, essa concepção sintática não convém ou convém muito mal. Na análise dos textos levantam-se várias unidades diferentes que não consistem em signos, como os temas ou as funções narrativas. Os signos são as unidades menos complexas, o que não quer dizer que elas sejam fundamentais, no sentido de que todas as outras se reduziriam

totalmente a elas. Enfim, uma língua não consiste em um único sistema de signos, na medida que todo texto manifesta a interação de vários tipos de sistemas, em particular de normas. É por isso que nenhuma gramática pode gerar um texto; e por não levar em conta as normas, as que podem produzir frases não podem afastar as frases indizíveis – ou não dizíveis, uma vez que são inaceitáveis em função dos cânones da racionalidade.

2 O QUE SERIA UMA SEMIÓTICA DISCURSIVA?

Essas divergências sobre a semiótica geral não impediram, ao contrário, que se multiplicassem semióticas específicas. A *semiótica* discursiva que queria, nos anos setenta, remediar a falta de uma lingüística textual desenvolvida, dividiu-se assim em sub-disciplinas em função dos tipos de discursos: jurídico, político, religioso, etc.³ A necessidade de uma semiótica discursiva fazia-se então sentir, pois, em lingüística, as teorias do texto mais consideradas permaneciam ligadas à problemática lógico-gramatical. A semiótica discursiva, entretanto, considerou finalmente o nível lingüístico como uma variável “de superfície”, segundo Greimas.⁴ Atualmente, com a extensão do campo dos estudos lingüísticos, o princípio de uma semiótica discursiva autônoma, torna-se ainda mais difícil de defender.

³ Outras semióticas se distinguem com critérios sensoriais que se referem às modalidades de expressão: semiótica visual, auditiva, etc. Outras ainda se especializam em função de práticas culturais (semiótica da dança, do cinema, da publicidade, da cozinha, etc.). Outras enfim tomam como objeto sistemas particulares (semiótica gestual) ou setores da realidade arbitrariamente definidos: semiótica da narração, psicosemiótica, etc.

⁴ O percurso gerativo liga a significação – cuja estrutura elementar é erigida em modelo constitucional – ao sentido textual, que pertence às estruturas lingüísticas de superfície. Notamos, entretanto, que o termo significação designa, para Greimas, a forma do conteúdo e o *sentido* designa a substância do conteúdo, ao contrário do uso tradicional na semântica francesa desde Beauzée, e que retomo aqui.

Uma semiótica discursiva autônoma seria indubitavelmente apenas “o inverso cúmplice” de uma lingüística restrita.

Sem dúvida, a semiótica contemporânea herdou das ciências da linguagem, uma certa repugnância para tratar o texto, e privilegiou o signo, lugar da referência, assim como a proposição, lugar de verdade. Benveniste (1974, p.21) afirmava categoricamente: “o semântico é o ‘sentido’ que resulta do encadeamento, da apropriação pela circunstância e da adaptação dos diferentes signos entre eles. Isso é absolutamente imprevisível. É a abertura para o mundo. Enquanto o semiótico é o sentido fechado sobre si mesmo e contido, de algum modo, em si mesmo”. A fronteira da proposição estabeleceria o limite entre essas duas disciplinas ou, ao menos, entre seus objetos. O paradigma do signo – próprio no que se refere ao conteúdo, à lógica e à filosofia da linguagem e no que se refere à expressão, à tradição gramatical que culmina na morfossintaxe contemporânea – encontra-se assim, ligado à semiótica, enquanto a semântica encontra-se, com razão, associada ao paradigma do texto.

Herdeira de filosofias lógicas da significação que se aplicam, antes de tudo, à definição e à tipologia dos signos e não às teorias do sentido provenientes da prática hermenêutica, a semiótica considera voluntariamente o texto como um signo.⁵ Essa é a solução, que escolheram tanto Pierce quanto Eco, conforme “a Mensagem equivale ao Signo” (ECO. 1992, p. 32),⁶ e, até mesmo, Greimas:⁷ elanegligência evidentemente a diferença do nível de complexidade entre o signo e o texto e impede de pensar na incidência do texto sobre seus signos.

⁵ A grande contribuição de Hjelmslev foi romper com a semiótica do signo para substituí-la por uma semiótica das figuras e dos *processos*.

⁶ Cf. também: “o macrosigno o *Vermelho e o Preto* pode ser visto como o interpretante da proposição *Napoleão morreu aos 5 de maio 1821*” (Ibid.).

⁷ Cf. “o texto se apresenta como um signo, cujo discurso, articulado em isotopias figurativas multiplas, seria apenas o significante levando a decifrar seu significado” (1976, p. 267).

De fato, a semiótica contemporânea não produziu uma teoria do texto compatível com uma problemática retórico-hermenêutica. Certamente a prática descritiva dos semioticistas contemporâneos ultrapassa freqüentemente as teorias lógico-gramaticais às quais eles se opõem, mas suas teorias continuam apostando na *significação* própria do signo, não no *sentido* próprio do texto. Escolhendo a prova da comutação para definir as unidades lingüísticas a cada degrau, Hjelmslev unificou a definição do conteúdo sobre o paradigma do signo.⁸ Mais complexa entre as semióticas, a teoria greimasiana distingue a significação do sentido, mas faz proceder um da outra. Em especial, o percurso gerativo greimasiano, por uma série de convenções, tenta derivar o sentido textual da estrutura elementar da significação, emblematicamente, a um quadrado booleano enfraquecido, chamado “quadrado semiótico” – que testemunha ainda a origem lógica do conceito de significação.⁹

As relações entre semântica e semiótica são ambíguas.¹⁰ Mas o que nos importa aqui é que a semiótica, na medida que se limita aos signos, produziu apenas teorias da significação enquanto a semântica, quando trata os textos, é levada a produzir teorias do sentido.

A problemática do signo se opõe todavia sobre os planos histórico e epistemológico à problemática do texto (Cf. o autor, 1996). O signo, poderíamos dizer, é o contrário do texto.

⁸ A significação ou *denotação* é então definida como a relação entre uma unidade do plano do conteúdo e a unidade correspondente do plano da expressão.

⁹ O percurso gerativo liga a significação – cuja estrutura elementar é erigida em modelo constitucional – ao sentido textual, que pertence às estruturas lingüísticas de superfície. Notamos, entretanto, que o termo significação designa, para Greimas, a forma do conteúdo e o *sentido* designa a substância do conteúdo, ao contrário do uso tradicional na semântica francesa desde Beauzée, e que retomo aqui.

¹⁰ Por exemplo, a semiótica de Hjelmslev antecedeu sua semântica estrutural (1957). Mas a semiótica de Greimas (apresentada em *Du sens* em 1970) provém de sua *Sémantique structurale* (1966).

3 PROBLEMÁTICAS LÓGICO-GRAMATICAL E RETÓRICA / HERMENÊUTICA

Embora os problemas do sentido e da significação sejam, com certeza, interdisciplinares, desejamos esclarecê-los a partir da lingüística.

Duas problemáticas parecem dominar a tradição epistemológica das ciências da linguagem no Ocidente. Elas correspondem a dois preconceitos da linguagem: como meio de representação ou como meio de comunicação. Em poucas palavras, a primeira define o sentido como uma relação entre o sujeito e o objeto; a segunda, como uma relação entre sujeitos. A problemática dominante, de tradição lógica e gramatical, privilegia na linguagem os signos e a sintaxe; ela os relaciona com as leis do pensamento racional e centraliza-se na cognição, como testemunha o cognitivismo que constitui seu resultado contemporâneo. A outra problemática, de tradição retórica ou hermenêutica, toma por objeto os textos e os discursos em sua produção e sua interpretação.¹¹

Se, evidentemente, o estudo dos signos e o dos textos se completam, as problemáticas lógico-gramatical e retórica / hermenêutica diferem muito. A primeira tem uma grande autoridade e uma forte unidade, pois, até uma data recente, gramática e lógica se desenvolveram em conjunto e em torno das mesmas categorias, como os mesmos conceitos de categoria, de predicação, de categorias e sincategoremas, etc.¹² A segunda não conheceu muita unidade e hoje tudo parece separar a retórica e a hermenêutica.

De fato, os conceitos de *sentido* e de *significação* não têm a mesma história. O segundo está ligado à problemática gramatical do signo e à problemática lógica da denotação, unidas no modelo que Aristóteles

¹¹ Podemos considerar que ela é centrada na comunicação: a pragmática, que retomou certos temas da retórica desaparecida, apresentou-a numa parte restrita, determinada pelo positivismo lógico que, em Morris et Carnap, presidiu ao nascimento dessa disciplina.

¹² É provável que a vizinhança milenar da gramática e da lógica no seio do *trivium* fez muito para sua unidade. Essas duas disciplinas de base sucediam-se no início dos cursos escolares, a retórica sendo estudada no final, e a hermenêutica ficando reservada aos doutores.

apresenta no início do *Peri hermeneias*. Ao contrário, o conceito de sentido provém provavelmente da hermenêutica antiga, particularmente da *allegorese* nas leituras estóicas de Homero. Ele levará, em um contexto novo, às teorias do duplo sentido da escritura em São Paulo, do triplo sentido em Orígenes, enfim, dos quatro sentidos tal como a resume canonicamente São Tomás de Aquino. Na hermenêutica reformada, a disposição dos sentidos em camadas sobrepostas foi transposta, distinguindo-se os tipos (gramatical, técnico) e os momentos da interpretação (compreender, explicar, aplicar).

Estamos de acordo que a significação é uma propriedade definida para os signos e o sentido uma “propriedade” dos textos. Se aprofundarmos a distinção entre *sentido e significação* podemos dizer que, um signo, ao menos quando é isolado, não tem sentido, e um texto não tem significação. A noção transitória de contexto pode servir para opor esses dois conceitos, pois a significação resulta de um processo de descontextualização, como se percebe na semântica lexical e na terminologia; donde o empenho ontológico desse conceito, uma vez que, tradicionalmente, caracteriza-se o Ser pela sua própria identidade. Ao contrário, o sentido supõe uma contextualização máxima, tanto pela língua – o contexto é todo o texto – como pela situação, definida por uma história e uma cultura, bem além do *hic et nunc* considerado unicamente pela pragmática. Além do mais, uma vez que a significação é tradicionalmente apresentada como uma relação, o sentido pode ser representado por um percurso. Privilegiando o estudo do *sentido*, a semântica interpretativa toma como objeto *o texto*, muito mais que o signo, e define o sentido como o resultado da interpretação. Ela pode se articular com dois tipos de teorias: a hermenêutica filosófica e a hermenêutica filológica ou *material*. Como deve descrever grandes diversidades, a semântica é naturalmente mais próxima da segunda, pois onde a primeira busca as condições *a priori* de cada interpretação, a segunda busca, ao contrário, especificar a incidência das situações históricas e chega a uma tipologia dos textos, dos gêneros e dos discursos. Em suma:

1. A *significação* é concebida como uma relação entre correlatos externos do signo: o conceito e o referente. Mesmo orientada, essa relação fica estática, tipificada, suscetível de uma expressão lógica. Na semiótica de tradição lógico-gramatical, em que nos apoiamos então, a interpretação se define como a identificação de uma relação de *representação* simples ou complexa.
2. O *sentido* é definido pelo percurso entre os dois planos do texto – o conteúdo e a expressão – e dentro de cada plano. Esse percurso é um processo dinâmico que obedece a parâmetros variáveis conforme as situações particulares e as práticas codificadas pelos gêneros e os discursos; dessa forma o sentido não é dado, mais resulta do percurso interpretativo norteado por uma prática. O percurso interpretativo que constitui o sentido aplica-se ao intertexto, pois os outros textos, orais (como a história conversacional) ou escritos (o cópulus de referência) contêm interpretantes para a prática em curso.

O sentido e a semiose textual. Uma outra oposição importa para as etapas da descrição: fala-se, então, da *significação* de uma palavra e do *sentido* de um texto. Essa segunda distinção reflete, portanto, a distinção *entre* as duas problemáticas, a lógico-gramatical e a hermenêutico/retórica. Estranhamente, a maior parte das teorias da significação limitam-se ao signo isolado, embora ele seja um artefato: ele não é observado empiricamente e só uma decisão metodológica permite isolar um signo. Ao contrário, os enunciados empíricos são textos orais ou escritos, ou passagens desses textos.

Embora ocupe uma posição intermediária entre o signo e o texto, a frase é tradicionalmente concebida a partir do signo e não do texto. O refúgio, cada vez mais freqüente, ao contexto é ambíguo, pois é uma zona de extensão em relação ao signo e à frase, mas uma zona de restrição em relação ao texto.

A *semiose*, relação fundamental que une as duas faces do signo, deve ser relacionada aos dois planos do conteúdo e da expressão dos textos e das outras performances semióticas e não

mais definida como uma relação entre o significante e o significado do signo. Além disso, ela não pode ser definida por uma relação lógica que poderia ser simplesmente formulada, como a inferência na tradição intencionalista ou a pressuposição recíproca na tradição estruturalista. Enfim, o significante não é o ponto de partida, apesar das teorias inferenciais ou associacionistas, pois ele mesmo tem de ser reconhecido.

Em outras palavras, as relações que estabelecem o sentido vão de significado em significado, como também do significado ao significante. Portanto, definimos a semiose a partir da rede de relações entre significados dentro do texto – considerando os significantes como *interpretantes* que permitem construir algumas dessas relações. Concebemos essas relações como percursos orientados. Sem dúvida poderíamos distinguir tantos tipos de semiose quantos fossem os tipos de percursos elementares, mas é preciso apontar que todos os signos lingüísticos não participam dos mesmos percursos.

Enfim, a semiose pode ser fixada apenas como resultado da interpretação, não como sua partida. A identificação dos significantes parece ser um dos pontos de entrada no percurso interpretativo, mas ela é antecedida pelas esperas e presunções que definem o contrato próprio ao gênero textual da prática em curso; assim, parece ser igualmente, um ponto de volta.

Redefinir assim a semiose significa relacioná-la necessariamente ao conceito de *percurso interpretativo*. O sentido não é mais fixado por uma codificação prévia, que associaria estritamente, um significante e um significado, ou uma classe de significados (pois a língua não é uma nomenclatura): ele é produzido em percursos que discretizam e unem significados entre eles, passando por significantes.

Os gêneros, à medida que determinam, no degrau textual, os modos de correlação entre os planos do significado e do significante, são os fatores determinantes da *semiose textual*. Eles ditam não só o modo mimético do texto, mas também seus modos de produção e de interpretação. Eles testemunham, por outro lado, o caráter instituído das práticas sociais em que tomam lugar.

Para uma semiótica das performances complexas. A semiótica contemporânea herdou, sem dúvida, seu déficit hermenêutico das ciências da linguagem que privilegiam o signo, lugar de referência, e a proposição, lugar de verdade, e que recusam de fato tratar do texto.

Evitando generalizar a partir da lingüística, deve-se reconhecer que os textos são performances semióticas entre as mais complexas e, por isso, exemplares. Aliás, os textos (orais e escritos) são formações plurissemióticas que colocam em prática, além das línguas, dos gêneros e dos estilos, sistemas gráficos e tipográficos (um signo de pontuação não funciona como um morfema), prosódicos, gestuais (uma cinesse é sempre associada ao oral). Todos esses aspectos são deixados de lado tanto pela semiótica como pelos lingüistas que se limitem à morfossintaxe. Enfim e sobretudo, as relações semânticas que a interpretação estabelece ou reconhece entre as diferentes partes de um texto são de uma complexidade e de uma variedade irreduzível à composicionalidade lógica, mas colocam ainda um senão sempre em jogo, os interpretantes que fazem referência a sistemas semióticos outros que as línguas.

Nos domínios da lingüística, as teorias do texto mais em voga estão ligadas à problemática lógico-gramatical por dois vieses principais. O primeiro resume a textualidade a fenômenos frásicos que se aplicam sobre frases adjacentes (concordâncias de tempo, anáforas), que são também isotopias locais. Apesar de seu interesse, as pesquisas sobre a macro-sintaxe e a semântica do período ou do parágrafo não vão além do texto e da textualidade.

Uma outra via responde a essa extensão da sintaxe: a da redução proposicional do texto. Conhece-se o princípio, ilustrado em especial por Van Dijk: depois de uma codificação das frases em proposições, suprimem-se as proposições julgadas secundárias para guardar, enfim, apenas uma proposição, chamada *macro-proposição* que deve representar o texto.¹³ Esse formato proposicional permite a

¹³ No início dos anos sessenta, Ruwet havia mostrado essa via, resumindo um soneto de Louise Labé na macro-proposição *Eu te amo*. O valor caracterizante desse tipo de descrição parece fraco, pois

redução do texto ao que a problemática lógico-gramatical pode conceber; ele também conheceu um imenso sucesso em psicologia cognitiva e em psicolinguística.

4 AS FORMAS EM SEMÂNTICA TEXTUAL

O estatuto das formas textuais. As três grandes concepções contemporâneas da forma, o *esquema*, a *gestalt* e o *noema* (no sentido de Husserl) dizem respeito a um ponto de vista transcendental: o *esquema*, de tradição kantiana, tem uma função de mediação entre o inteligível e o sensível, mas não tem relação com a linguagem; com certeza Bartlett conferiu-lhe uma função de rememoração parecida com a da função narrativa, mas desde Minsky (1975) o cognitivismo “clássico” geralmente deixou de lado essa dimensão temporal.¹⁴ O conceito husserliano de noema designa, por seu lado, o objeto virtual tal qual ele serve para relatar o que a gente chama de *a invariância perceptiva*. Enfim, o conceito de *gestalt*, proveniente principalmente de teorias da percepção, integra plenamente a dimensão da ação e, ao mesmo tempo, da temporalidade. Sua relação com as formas textuais merece reflexão, enquanto o estudo da *percepção semântica* foi simplesmente esboçado (o autor, 1991, cap. VIII).

Para tratar o problema das formas textuais no quadro da semântica linguística, sem reduzi-los a esquemas conceituais ou noemas fenomenológicos, elaboramos a noção de *molécula sêmica*, *forma* linguística ou semiótica suscetível de diferentes lexicalizações sintéticas ou analíticas, em um mesmo texto, em uma mesma língua, em duas línguas, em dois sistemas semióticos. O desafio consiste em dar conta da tradução e da intersemioticidade sem postular um nível de representação abstrato independente das línguas e dos sistemas de signos: as moléculas sêmicas, enquanto formas, são suscetíveis de metamorfismos intra- ou interlin-

milhares de outros sonetos da época teriam, é claro, conduzido ao mesmo resultado.

¹⁴ Exceto os *scripts* que Schank retomou, aliás, das seqüências narrativas de Greimas.

güísticos, como transposições por substituição do fundo semântico sobre o qual elas se perfilam.

As formas semânticas e suas dinâmicas. No nível textual como nos outros, as unidades resultam de segmentações e de categorizações sobre formas e fundos semânticos, que se podem designar com o nome geral de *morfologias*. Seu estudo se divide em três seções: ligações entre fundos (no caso, por exemplo, dos gêneros que têm várias isotopias genéricas), ligações entre formas, e ligações das formas com os fundos (cruciais para o estudo da percepção semântica).

Essas morfologias semânticas podem ser o objeto de diversas descrições. Por exemplo, uma molécula sêmica pode ser descrita como um tema, como um ator, como objetivo ou fonte de um ponto de vista modal, como lugar na linearidade do texto. Além disso, a cada componente correspondem tipos de operações produtivas e interpretativas.

Tradicionalmente, a lingüística textual estendeu ao texto os procedimentos de segmentação provenientes da morfossintaxe. As unidades assim isoladas, por exemplo na análise de narrativa, eram codificadas, depois ligadas em sintagmas dos quais se buscavam as regras distribucionais. Mas, do mesmo modo que uma frase não se reduz a uma seqüência de partes do discurso, mesmo hierarquizadas por uma árvore de dependências, um texto não é um encadeamento de proposições. Além disso, em todos os casos, não se trata de interpretar unidades que seriam consideradas discretas ou já discretizadas, mas de discretizar as unidades, elas mesmas, como momentos de percursos interpretativos.

Se a descrição estática pode convir para algumas aplicações, em didática por exemplo, uma descrição mais fina deve restituir o aspecto dinâmico da produção e da interpretação dos textos. A primeira etapa consiste em descrever as dinâmicas desses fundos e dessas formas: por exemplo, a construção das moléculas sêmicas, sua evolução e sua dissolução eventual.

Essas dinâmicas e suas otimizações são programadas de modo diferente segundo os gêneros e os discursos. De um lado, as formas e os fundos são constituídos e reconhecidos em relação às presunções

e comparados a estereótipos diferentes em função das práticas. Além disso, os contratos de produção e de interpretação que são associados aos gêneros e aos discursos guiam o percurso dessas morfologias e, para levá-los em conta, a semântica dos textos deve adaptar suas descrições à diversidade de seus regimes morfológicos dos discursos e dos gêneros.

(a) *Ritmos e fundos*. A percepção das formas e a dos fundos trazem, por outro lado, problemas diferentes: a percepção dos fundos parece ligada à dos ritmos; a das formas à percepção dos contornos – cujos contornos prosódicos podem apresentar uma imagem. Se os fundos semânticos são constituídos por isotopias produzidas, em geral, pela recorrência de traços genéricos, a temporalização dessas recorrências é garantida por ritmos. Sabemos o papel fundamental dos ritmos na percepção: eles têm um efeito de facilitação a curto prazo, cujo correlato lingüístico é a criação de zonas de pertinência. O que chamamos *presunção de isotopia*, permite atualizar os semas (cf. o autor, 1987, cap. III).¹⁵ Mais comumente, pode-se estabelecer a hipótese do caráter fundamental dos ritmos no desenvolvimento aspectual das ações humanas. Podem-se distinguir os ritmos homogêneos, instaurados pela recorrência de um mesmo traço ou de um mesmo agrupamento de traços, dos ritmos heterogêneos que alternam traços ou agrupamentos diferentes como, por exemplo, o quiasmo. Esses ritmos aplicam-se ao nível macro semântico; por exemplo, a estrutura elementar da narrativa (tal como a descreve Greimas) é um quiasmo. O fechamento estrutural dos textos depende, sem dúvida, de uma boa parte desses ritmos heterogêneos.

(b) *Contornos das formas*. Do mesmo modo que os períodos apresentam contornos semânticos correlacionados a seus contornos melódicos, no nível superior – os textos apresentam contornos que a interpretação tem como objetivo reconhecer e percorrer –, a identificação e o percurso tornam-se, aliás, indissociáveis. As formas semânticas de base são moléculas sêmicas, agrupamentos estruturados de semas. Elas evoluem na temporalidade do texto como no decorrer da leitura. Essas

¹⁵ Essa facilitação é só uma preativação local, mas existem preativações globais ligadas ao gênero e à situação.

evoluções obedecem a normas e estilos de frase codificados notadamente pelos gêneros.

A semântica estrutural apoiou-se outrora sobre uma metáfora fonológica, concebendo os traços semânticos à imagem dos traços fonológicos. Mas os fatores prosódicos foram deixados de lado,¹⁶ sem dúvida porque seu caráter diretamente semântico é contrário à separação ontológica entre os dois planos da linguagem. Mais comumente, e do mesmo modo que a concepção métrica e quantitativa do verso se opõe a sua concepção acentual, pode-se completar e, sem dúvida, ultrapassar a concepção distribucional do texto por uma concepção morfossemântica.

Os problemas de identificação das unidades e da segmentação devem ser abordados a partir desse ponto de vista: a frase, por exemplo, é uma segmentação lógica, o período, uma segmentação fisiológica e/ou emocional. Quanto ao nível do período, a prosódia permite pôr o problema do reconhecimento das formas semânticas. Com efeito, começa-se a medir o papel da prosódia na percepção da linguagem e especialmente na aprendizagem. Os modelos prosódicos são precocemente reconhecidos e imitados pela criança, antes do que se chama por restrição o estágio lingüístico. Ora, a prosódia foi pouco e mal estudada na lingüística, pois seu caráter contínuo não convém aos procedimentos gramaticais de segmentação e de discretização, por causa de sua expressão direta das valorizações e dos afetos que preocupa o racionalismo gramatical.

Entretanto, muitos textos são segmentáveis apenas por meio de uma verbalização prosódica, seja porque suas frases são longas (Saint-Simon, Proust), seja porque elas não são pontuadas (Breton, Claude Simon, etc.), seja porque sua escritura é elíptica (como o Torah massorético, cujo texto só é legível ao se recorrer a cantilenas reguladas).

Além do período, cujo tamanho é, sem dúvida, medido por nossas capacidades motoras e respiratórias, o texto não tem significante próprio, identificável por procedimentos de segmentação, salvo as demarcações fortes (pausas longas ou mudanças de

¹⁶ Exceção notável, Claude Zilberberg, há muito, insistiu sobre o caráter prosódico do plano do conteúdo.

capítulos). Essa é uma razão fundamental para se escapar do modelo do signo: as unidades textuais não têm significante isolável como as partes do discurso; elas são constituídas por conexões de significados dos níveis inferiores (períodos, sintagmas, semias). Mas essas conexões não constituem uma rede uniforme: algumas são ressaltadas, valorizadas, modalizadas e essas saliências são do mesmo tipo que as veiculadas pela entonação. Elas pertencem ao componente dialógico.

(c) *Percurso*. Um texto não se reduz a uma seqüência de proposições; isso supõe a existência de formas macrossemânticas, que têm sua própria significatividade, por causa de seu desenvolvimento e de suas valorizações aí implicados. Assim, encontram-se, na compreensão de textos, problemas análogos aos que apresenta o reconhecimento de formas barulhentas ou incompletas.¹⁷ Os percursos interpretativos devem reconhecer os *movimentos textuais*, como as elevações, as rupturas, que correspondem, sem dúvida, ao que se pode chamar, seguindo F. Douay, os *gestos* do enunciador. Aliás, as desigualdades qualitativas marcam lugares ou momentos destacáveis que se poderiam chamar *pontos nodais* semânticos: eles são definidos pelo alto grau de conectividade. Os mais conhecidos são também os mais fáceis a isolar: réplicas que transformam a estrutura narrativa, palavras que conectam várias isotopias genéricas.¹⁸ Esses são, em geral, os alvos dos gestos enunciativos.

Gestos e movimentos, pontos nodais e momentos críticos, tempo do ritmo e fraseado dos contornos permitem conceber o texto como um *curso de ação* semiótica,¹⁹ além de uma concatenação de símbolos. O

¹⁷ A semiótica de tradição hjelmsleviana explica isso por operações de *catálise*. Em IA, os *scripts* têm como objetivo dar conta dessas completudes perceptivas, mas na problemática do cálculo, o que torna insolúvel o problema do desencadeamento de *procedimentos (frame-problem)*. No nível inferior, a interpretação de tropos como a sinédoque e a metonímia se faz igualmente por completudes.

¹⁸ Isso não quer dizer, de modo algum, que esses pontos de síntese ou de cisão sejam matrizes do texto. Cabe aos estudos de genética textual formular, pelo menos, hipóteses sobre esse ponto.

¹⁹ O conceito de *curso de ação* é emprestado da ergonomia. Nós consideramos que um texto é a parte semiótica de uma prática social. Por

gênero codifica a condução dessa ação, mas o que se poderia chamar o *ductus* particulariza um enunciador e permitiria caracterizar o estilo semântico por ritmos e traços particulares dos contornos de formas.

5 PARA UMA SEMIÓTICA DAS CULTURAS

O universalismo em questão. As semióticas globais são filosofias (cf. Locke, Peirce, Apel); aliás, elas devem, sem dúvida, à sua natureza filosófica, seu caráter global. Ao contrário, as semióticas científicas têm objetos regionais: línguas, imagens, música, etc. Uma semiótica científica geral pode ser apenas federativa; ela define o campo em que a lingüística, a iconologia, a musicologia e as outras ciências semióticas procedem a suas trocas pluridisciplinares.

Se a lingüística se define como a semiótica das línguas, a semiótica discursiva se confunde com a lingüística do texto. Essa evidência foi, durante muito tempo, obscurecida, porque diversas lingüísticas restritas se limitavam ao nível da frase e deixavam o estudo da textualidade para diversas disciplinas, como a pragmática conversacional, a poética ou a semiótica discursiva. Aqui, mais comumente, a dualidade forma/substância, que atravessou a história das ciências de Platão até hoje, deve ser questionada. Ela foi revogada em física e em biologia, pelas teorias da auto-organização.²⁰ Ela permanece, nas ciências da linguagem, à base dos programas de formalização. Ela permitiu os programas de semióticas científicos, de Saussure a Hjelmslev. Os argumentos sempre avançados não bastam para resolver a questão. Qualquer língua pode certamente manifestar-se na escrita ou na oralidade, transcrever-se em morse ou no código dos pavilhões. Mas isso diz respeito apenas à substância da expressão e não permite concluir que a substância do conteúdo não seja por isso essencial. Além do mais, isso interessa

isso ele participa de um conjunto codificado de ações. As práticas comunicativas nunca são unicamente lingüísticas mas colocam em jogo várias semióticas.

²⁰ E, nas ciências cognitivas, à base do funcionalismo próprio ao paradigma clássico

apenas à primeira articulação (o nível dos fonemas ou dos grafemas), não à segunda (o nível dos morfemas).

O argumento da tradução confirma, de uma forma complementar, o dualismo, pois ele supõe uma independência do significado em relação ao significante,²¹ mas ele também não basta para tornar negligenciáveis as diferenças das línguas e das culturas. A tradução permite apenas equivalências (não identidades), admitidas como aceitáveis em função de normas dogmáticas, artísticas, técnicas ou científicas.

Em poucas palavras, se se escolhe deixar de lado, com o pretexto de ultrapassá-la, a irreduzível especificidade lingüística dos textos, mantém-se a mais tradicional concepção instrumental da linguagem e, sobretudo, privam-se os textos de sua dimensão cultural. Embora submetidas a constrangimentos antropológicos, as línguas e os textos que elas articulam são evidentemente formações culturais. Por exemplo, seu léxico reflete obviamente uma doxa.

As teorias universalistas, que encontraram um novo impulso nos últimos trinta anos, tanto em lingüística como em semiótica, enfrentaram dificuldades importantes, porque deixaram de lado as especificidades culturais.

Mais comumente, trata-se de dar conta das diversidades, sem confundir os princípios teóricos e metodológicos universais, que são os da semântica (concebida como um ramo da semiótica das línguas), com tal ou tal modelo teórico, necessariamente parcial, quaisquer que sejam suas pretensões à universalidade. Do contrário, seríamos levados a projetar, de modo indiferente, sobre qualquer texto, a mesma tabela teórica, com o risco de ler, em todo lugar, a mesma coisa.

A diversificação dos modelos semânticos, que responde ao caráter cultural dos textos, permite restabelecer os laços, inexplicavelmente rompidos pelas correntes formalistas, como a filologia, como as outras ciências sociais, história, arqueologia, etc., que participam da semiótica das culturas.

²¹ Baseia-se no postulado aristotélico de que os “estados da alma” (*pathemata*) expressos pelos signos são os mesmos para todos.

Mediações. O lugar do mundo semiótico, em posição mediadora para o homem entre o mundo físico e o mundo das representações, determina a função epistemológica da própria semiótica. Tomamos o partido de uma semiótica das culturas e não o das semióticas universais ou *transsemióticas*, tipos de filosofias do sentido que se esquecem de sua dimensão reflexiva.

Algumas precisões terminológicas impõem-se aqui. Utilizamos duas expressões, *ciências da cultura e semiótica das culturas*, mas nenhuma delas convém perfeitamente a nosso propósito: a primeira é emprestada de Cassirer (1991 [1936-1939]), a segunda remete-se à escola de Tartu. A troca dos plurais que enfatiza sua justaposição permite fazer duas perguntas: uma ou várias ciências? a cultura ou as culturas?

Para Cassirer, *ciências da cultura* opõem-se implicitamente a *ciências da natureza*, e essa oposição sobrepõe-se à que Dilthey traçou entre as ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*) e as ciências da natureza (*Naturwissenschaften*); Cassirer, entretanto, transpõe implicitamente em *cultura* o *espírito* segundo Dilthey. A reflexão ganha nesse ponto, pois mesmo se o alemão distingue o intelectual, *geistig*, e o espiritual, *geistlich*, o termo forjado por Dilthey, testemunhava um espiritualismo individualizante que não podia realmente ajudar a federar um campo científico.

Se o termo *ciências do espírito* é vago e vasto demais, o termo de ciências sociais parece, do seu lado, restritivo demais, desde que se descreva a complexidade das sociedades animais: é precisamente a cultura e a diversificação das culturas que distinguem as sociedades humanas.

Contudo, reduzindo as culturas a superestruturas que parecem não essenciais e não determinantes, o marxismo se esforçou para dirigir as ciências sociais, mas nada fez para unificá-las, mesmo se lhe é fornecida uma imperativa referência “materialista”.

Entre a falsa unidade diltheyiana e a instrumentalização marxista é preciso elaborar uma concepção crítica. Sem dúvida, a semiótica pode contribuir para isso, mas será que a semiótica das culturas contemporânea pode fazê-lo? Para a escola de Tartu, a expressão *semiótica das culturas (ou da cultura)* vem, sem dúvida,

da literatura comparada – domínio de seu principal animador Iouri Lotman. Entretanto, essa semiótica das culturas, que se tornou *culturologia*, substituiu, nos ensinamentos russos, o *Diamat* – ou materialismo dialético –, conservando muitas vezes os mesmos professores. Às vezes, ela é tentada a substituir a dialética de classes antagonistas pela dialética de culturas antagonistas, o que não se faz sem alguns desvios nacionalistas. As mentalidades seriam formadas pela língua e pela nação, portanto um não russo não poderia, de fato, entender um texto russo – o que lembra muito algumas teses de Heidegger e até mesmo Gadamer sobre o *Grund*, fundo de pertença da nação e tradição que condicionaria qualquer compreensão. Além disso, cada cultura é apresentada como uma mônada sitiada, que teria, para os outros, apenas estimulação exagerada ou repulsão; essa ambivalência, freqüente na história intelectual russa, não poderia ser instituída como definição da cultura.

A expressão *semióticas das culturas* faz referência a uma única ciência ou a várias? No primeiro caso, preferiremos uma antropologia filosófica; aquela, por exemplo, de Cassirer em seu *Ensaio sobre o homem*: um tal campo de reflexão, muito necessário, não deve evidentemente pretender-se uma ciência. No segundo caso, procuraremos restituir a unidade das ciências humanas, e a reflexão sobre o semiótico enquanto domínio científico, do que sobre a semiótica como ciência. Com efeito, a onipresença dos signos torna impossível a constituição da semiótica como disciplina. Uma semiótica das culturas, particularmente, não seria então uma ciência das ciências? A semiótica das culturas não é na verdade uma disciplina, mas o projeto mesmo de redefinir a especificidade das ciências humanas e sociais: as culturas abrangem a totalidade dos fatos humanos, até a formação dos sujeitos. Elas se tornam, entretanto, difíceis de conceber, por causa da ausência precisamente de um ponto de vista semiótico sobre a cultura. Em outras palavras, é o reconhecimento da especificidade e da autonomia relativo ao mundo semiótico que permite delimitar o campo das ciências da cultura, e acabar com o dualismo tradicional que comanda a divisão proposta por Dilthey.

O projeto saussuriano de uma semiologia nasce da vontade de definir a ordem científica a qual pertence a lingüística: “discutiu se para saber se a lingüística pertencia à ordem das ciências naturais ou das ciências históricas. Ela não pertence a nenhum das duas, mas a um compartimento das ciências que, se ele não existe, deveria existir com a palavra de *semiologia* [...] o sistema semiológico ‘língua’ é o único [...] que teve de enfrentar essa prova de ficar na presença do *Tempo*, que não se baseou, simplesmente, de vizinho a vizinho por consentimento recíproco, mas também de pai para filho, por imperativa tradição, e ao acaso do que aconteceria nessa tradição, algo além, não experimentado, não conhecido, nem descrito” (1974, II: 47).

Se é evidente, aqui, que a semiótica é concebida como um compartimento das ciências e não como mais uma disciplina, a noção de Tempo tradicional, separado de fato, do tempo histórico, merece uma grande atenção. As performances semióticas se desenvolvem no tempo da tradição, forma de temporalidade própria aos objetos culturais, que não se confundem nem com o tempo físico nem com o tempo da história.²² Se as ciências naturais se satisfazem com o tempo darwiniano da evolução, as ciências da cultura se movem em um tempo “lamarckiano”, feito de tradições e de rupturas. Esse tempo tradicional não obedece às métricas do tempo histórico: nem regular, nem conexo, nem determinista, ele deixa abertas retrospectões, antecipações, coloca em contato os contemporâneos e os antigos, os próximos e os distantes. A hermenêutica e a filologia nos permitem abordar esse tempo interno do mundo semiótico.

Entre o tempo físico e o tempo tradicional, o tempo histórico ocupa uma posição duplamente intermediária: é o tempo externo da união das sociedades com seu ambiente e também o de sua auto-

²² Seria preciso reler de novo, aqui, esses propósitos de Saussure: “nós constatamos rapidamente a total insignificância de um ponto de vista que parte da relação de uma idéia e de um signo fora do tempo, fora da transmissão, que, sozinha, nos ensina experimentalmente o que vale o signo” (1968, I: 273).

reflexão, em que elas escolhem aquilo que lhes parece um acontecimento.

As formulações do projeto da semiótica das culturas ficaram esparsas em diversos autores e ela não está constituída em disciplina autônoma, o que, aliás, não é nem desejável nem possível. Com efeito, ela guarda uma vocação epistemológica: federar as ciências da cultura ao redor dos conceitos de linguagem e de interpretação, deslocar a oposição metafísica entre o sujeito e o objeto, em uma distinção relativa entre a interpretação e o signo (o signo é uma interpretação objetivada e estabilizada no seu pretexto significante), restituir a complexidade radical dos textos e outras performances semióticas sem procurar unificá-las numa totalidade. Como uma totalidade define-se por uma unidade em si, ela não tem sentido, já que o sentido é feito de diferenças irreduzíveis, reconhecidas e qualificadas pelos percursos interpretativos: a semiótica das culturas encontra-se, portanto, frente à necessidade constitutiva de romper com as ontologias, tanto a das ciências da natureza como a das ciências lógico-formais.

Ela se abre assim, de um lado, sobre a etologia das sociedades humanas, de outro sobre uma filosofia das formas simbólicas. Face aos programas reducionistas que ameaçam o conjunto das ciências da cultura, seu desenvolvimento ainda vale para os próximos anos. De um lado, a semiótica das culturas parece a única perspectiva global que pode se opor ao computacionalismo que hipotecou a problemática e os resultados das pesquisas cognitivas. De outro lado, entender a mediação semiótica torna-se indispensável para descrever os fatores culturais na cognição, até aqui gravemente subestimados pelas pesquisas cognitivas. Para culturalizar as ciências cognitivas, seria preciso, além disso, reconhecer o caráter culturalmente situado de toda atividade de conhecimento, a atividade científica inclusa.

O cultural se identifica aqui com o humano, pois a mediação semiótica, característica da cognição humana, define-a sem dúvida como tal. Assim se abre o espaço de uma reflexão sobre a gênese das culturas, ligada evidentemente à filogênese, mas escapando de descrições do tipo neo-darwiniano. A distinção das formas simbólicas, a diversificação das

línguas, das práticas sociais, das artes, todos esses procedimentos continuam a hominização pela humanização, mas não se inscrevem na duração, tornam-se autônomos no que se refere ao tempo da espécie, e condicionam a formação do tempo histórico sem todavia se deixar relacionar a suas rápidas escansões.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Emile. **Problèmes de linguistique générale II**. Paris: Gallimard, 1974. CASSIRER, Ernst. **La philosophie de formes symboliques**. 3 vol. Paris: Minit, 1972-1975.

_____. **Logique des sciences de la culture**. Paris: Cerf., 1991[1936-1939]

ECO, Humberto. **Le signe**. Paris: Gallimard, 1992.

GREIMAS, Algirdas-Julien. **Sémantique structurale**. Paris: Larousse, 1966.

_____. **Du Sens**. Paris: Seuil, 1970.

_____. **Maupassant**. La sémiotique du texte. Paris: Seuil, 1976.

HJELMSLEV, Louis. **Essais linguistiques**. Paris: Minit, 1971.

LOTMAN, Iouri. **La sémiotique**. Limoges: PULIM, 1999.

MALRIEU, Denisee RASTIER, François. Genres et variations morphosyntaxiques. **Traitements automatiques du langage**. 2001.

MINSKY, M. A framework for representing knowledge. In Winston, P. éd. **The Psychology of Computer Vision**. New York: McGraw Hill, 1975, pp. 211-280.

PEIRCE, C. S. **Collected papers**. 6 vol. Harvard, Harvard: University Press, 1956.

RASTIER, François. **Sémantique interprétative**. Paris: P.U.F., 1987.

_____. **Sémantique et recherches cognitives**. Paris: P.U.F., 1991.

_____. Représentation ou interprétation? Une perspective herméneutique sur la médiation sémiotique. In RIALLE, V. et FISETTE, D. (dir.) **Penser l'esprit** - des sciences de la cognition à une philosophie cognitive. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1996, p. 219-239.

_____. **Arts et sciences du texte**. Paris: P.U.F., 2001.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Cours de linguistique générale**. 2 vol. Wiesbaden: Harrassowitz, 1968-1974. [édition critique Rudoif Engler].

_____. **Cours de linguistique générale**. Paris: Payot, 1972 [1916] [édition Tuilio de Mauro].

_____. **Ecrits de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 2002. (Bibliothèque de philosophie).